

ATA DA 419ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2014/2016

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano dois mil e quinze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Primeiro Subdefensor Público-Geral do Estado, Rafael Morais Português de Souza. Presentes os/as Conselheiros/as: Bruno Diaz Napolitano, Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Kathya Beja Romero, Alexandre Orsi Netto, Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, Bruno Ricardo Miragaia Souza, Horácio Xavier Franco Neto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Pedro Antônio de Avellar, Rafael Bessa Yamamura, Wagner Ribeiro de Oliveira, Alderon Pereira da Costa e Representando a Apadep, Franciane de Fátima Marques. O Presidente iniciou a sessão às 10h05min, justificando a ausência do Defensor Público-Geral, em razão de estar presente no evento do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais, no Estado do Mato Grosso do Sul, e informou que Rafael Valle Vernaschi, foi eleito como Segundo Secretário da Diretoria Executiva do Condege. Ressaltou a importância da participação da Defensoria Pública de São Paulo, nas discussões de temas nacionais. Comunicou que a proposta do plano plurianual está quase finalizada, e será apresentada uma proposta preliminar para debates, na Assembleia Legislativa, até o mês de maio. Após, não havendo comunicações da Secretaria e não havendo inscritos no momento aberto, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Presidente franqueou a palavra Representante da Apadep, Franciane Marques. Ela questionou sobre o andamento do projeto pro-hardware, e falou que a última informação do projeto, foi de que estavam aguardando uma definição do Conselho da Edepe. Convidou os Associados a participarem da Assembleia Geral Ordinária da Apadep, que ocorrerá nesta sexta-feira, às 18h, onde será apresentada a prestação de contas, e os projetos para o próximo ano. Comunicou que a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3943, que questiona a legitimidade da Defensoria Pública para propor ações civis públicas, está para entrar em pauta no Supremo Tribunal Federal. Informou que a Apadep está acompanhando a tramitação da ação. O Ouvidor-Geral, e também Presidente do Colégio Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas do Brasil, Alderon Costa, comunicou que, na última sexta-feira, esteve presente no Estado do Paraná para uma audiência pública, que trataram do relacionamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná e com seu Governo Estadual. Relatou que existem muitos problemas na infraestrutura, como a falta de pagamento na segurança e limpeza, e que em razão disso, houveram fechamentos de alguns serviços públicos. Reforçou o convite a todos para participarem do Ato Público contra a Proposta de Emenda Constitucional, que trata da redução da maioria penal, para o próximo dia oito de maio, no largo São Francisco. Aproveitou a oportunidade para saudar três visitantes, deficientes visuais, que vieram conversar com o Conselheiro Bruno Miragaia, e reforçou que a sessão do Conselho está sempre aberta para a sociedade civil. O Conselheiro Horácio Xavier comentou que não entendeu o comunicado das Segunda e Terceira Subdefensorias, referente a triagem, e afirmou que esse comunicado trouxe um grande problema dentro da Unidade de Mogi das Cruzes, pois desde o início existe uma divisão entre os Defensores da área Cível e da área Criminal, e este comunicado acirrou mais esta rivalidade. Ressaltou que o número de Defensores aumentou, e que os Defensores do Criminal passaram a ficar no atendimento, e não conseguem realizar as visitas nos Centros de Detenção Provisória. Sugeriu que se reavaliasse o comunicado, pois não entendeu como foi realizada a métrica de distribuição do número mínimo na triagem. Por fim solicitou que se conversassem com as Unidades antes de definirem o número ideal de Defensores para a triagem, pois cada Unidade tem sua peculiaridade. O Conselheiro Bruno Napolitano explicou que, o comunicado manteria o cenário anterior, e destacou que o comunicado está sendo construído desde outubro, conjuntamente com os Defensores e Coordenadores, sendo impossível agradar todos os Defensores, pois as Subdefensorias entendem que essa composição é a ideal, mas reforçou que estão à disposição. O Conselheiro Luís Fontanetti explicou que, desde outubro, as Subdefensorias estão construindo essa métrica, cientes das dificuldades em adequar nas Unidades do Interior e na Região Metropolitana, com a nova atividade de visitas aos Centros de Detenção Provisória, advinda de uma Deliberação. Ressaltou que quando os Defensores do criminal forem designados para a triagem, haverá uma compensação para que eles

possam realizar a triagem, e essa é uma idéia oriunda da Unidade Franca, onde consideraram que a triagem é uma atribuição dos Defensores do cível, e o excesso que se tem após esta atuação, será dividido entre os Defensores do Criminal, considerando que eles fiquem com o mesmo número de atividades. O Conselheiro Augusto Guilherme apontou que existe uma regra no comunicado, que se o Defensor do criminal se inscrever voluntariamente, realizará o mesmo número de atividades que os Defensores do cível, mas caso não se inscrever, realizará menos atividades. O Conselheiro Luís Fontanetti respondeu que nas Unidades, a intenção é de que o Defensor do criminal faça menos triagens, em razão das visitas nos Centros de Detenção Provisória. O Conselheiro Wagner Ribeiro questionou se o número de triagens do criminal, somado ao número de visitas aos presos provisórios, será compatível ao número de triagens do cível. O Conselheiro Luís Fontanetti respondeu que é exatamente essa a proposta. O Presidente respondeu as manifestações, explicando que o parecer da Assessoria Jurídica é favorável a possibilidade da ampliação do pro livro e pro hardware, e que este expediente já está na Edepe para adequação dos procedimentos, e em breve ocorrerá a implementação. Não havendo mais manifestações, passou-se para a ordem do dia. O Presidente encaminhou propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma. O Conselheiro Pedro Avellar propôs a leitura da redação do enunciado CSDP nº 5, e anunciou que o texto foi fruto da decisão deste colegiado, na 417ª sessão do Conselho Superior, realizada no dia 10 de abril de 2015, no julgamento do processo CSDP nº 485/15, que trata de uma impugnação ao concurso de promoção. O Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Pedro Avellar, que proferiu a leitura da proposta da redação do enunciado nº 5, a seguir: "A pontuação referida no art. 7º, § 1º, item VII, da Deliberação CSDP nº 244, de 24 de fevereiro de 2012 e na respectiva escala descrita no Anexo II, Grupo III, item I, da mesma Deliberação, pressupõe que as palestras e cursos ministrados não tenham sido remunerados, cabendo ao interessado comprovar a gratuidade, ainda que mediante declaração de próprio punho juntada com o requerimento de inscrição ao concurso de promoção." Ele explicou que as palestras e cursos sem remuneração, deverão ser comprovados pelo candidato. O Presidente agradeceu o trabalho desempenhado pelo Conselheiro Pedro Avellar e abriu a palavra para debates. O Conselheiro Luís Fontanetti concordou com o enunciado apresentado, e solicitou a manifestação do Conselheiro Wagner Ribeiro, que foi o relator do processo em questão. O Conselheiro Wagner Ribeiro acrescentou que pela Deliberação 25/06, estava escrito expressamente, que a palestra deverá ser gratuita, e na Deliberação 244/12, considerou que houve uma omissão não intencional, onde não contém que a gratuidade das palestras. A partir daí, entendeu que qualquer palestra, gratuita ou não, deveria ser pontuada. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos da redação apresentada. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos da sugestão do Conselheiro Pedro Antônio de Avellar, aprovar o Enunciado CSDP nº 05, de 24 de abril de 2015, a seguir publicado. CSDP nº 486/15. Interessada: Ana Rita Souza Prata. Assunto: Impugnação ao resultado do concurso de promoção do nível II para o nível III, relativo ao ano de 2014, publicado no Diário Oficial de 24 de fevereiro de 2014. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. A Conselheira Kathya Beja leu o relatório e proferiu o voto vista no sentido do não acolhimento do recurso apresentado pela candidata, seja pelo fundamento principal ou subsidiário. O Presidente abriu a palavra aos Conselheiros para debates. O Conselheiro Wagner Ribeiro acrescentou que devem se atentar às duas datas, e o ponto geral é e a forma de como foi elaborado o pedido de juntada da candidata, pois foi muito confuso. Ele explicou que o pedido deve ser escrito expressamente, se quiser optar pelo aproveitamento de documentos juntados no processo anterior. Ressaltou que isso facilitará para o Candidato e para o Conselheiro na elaboração do voto. O Conselheiro Augusto Guilherme falou da importância da interpretação da norma, e que deverá ser solicitado à Secretaria a juntada de documentos de processo anterior, para fins de aproveitamento. O Conselheiro Luís Gustavo relatou que, a princípio tinha o pensamento semelhante aos Conselheiros Wagner Ribeiro e Augusto Guilherme, porém se atendo a leitura do voto, mudou de opinião e concordou com o voto vista. Manifestou que, o art. 7 deve ser interpretado da seguinte forma, a juntada deverá ser com seguintes documentos, assim, nos termos do caput, o candidato deverá juntar, e não poderá juntar. Dessa forma, concordou com o voto vista. O Conselheiro Wagner Ribeiro questionou a forma de como foi juntado os documentos, e indagou se solicitou o aproveitamento dos documentos ou não. O Conselheiro Luís Fontanetti considerou que a cada

promoção, deverá ser renovada a peça processual para fins de pontuação. A Conselheira Kathya Beja, partiu para interpretação da lei complementar 988/06. O Conselheiro Wagner Ribeiro discordou da Corregedora-Geral, pois isso iria burocratizar ainda mais o concurso de promoção. O Conselheiro Luiz Eduardo falou que envolve inúmeras variáveis de juntada, e é difícil adotarem um parâmetro, sendo importante aterem-se ao caso concreto, no presente recurso, onde a candidata requer o aproveitamento de apenas alguns documentos, e não de todos os documentos. O Conselheiro Alexandre Orsi ressaltou a importância de definirem uma posição, para garantirem aos próximos candidatos um norteamento. Falou que não há dúvida de que a candidata optou pelo aproveitamento de somente alguns documentos. O Conselheiro Horácio Xavier explicou que devem definir se vão optar pelo reaproveitamento dos documentos, e apontou que a candidata juntou peça novas fora do período devendo ser indeferido o pedido. O Conselheiro Pedro Avellar avaliou que não podem ficar tentando imaginar qual foi a intenção da candidata no momento do pedido, devendo-se ater ao que foi pedido exatamente, e que quando o candidato requerer a juntada de documentos, entende-se que são todos os documentos anteriores. O Presidente encaminhou a primeira parte do pedido para deliberação, o qual seja: "conhecimento da juntada dos documentos obrigatórios para aproveitamento", sendo aprovado por maioria de votos, nos termos do voto do relator. Vencida a Conselheira Kathya Beja, que votava pelo não conhecimento do pedido. Impedidos os Conselheiros Rafael Bessa e Luís Fontanetti. O Presidente encaminhou para deliberação o pedido subsidiário da interessada, sendo negado o provimento nos termos do voto vista da Conselheira Kathya Beja, vencidos os Conselheiros Wagner Ribeiro, Bruno Napolitano e Bruno Miragaia. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, nos termos do relator, conhecer o pedido da interessada para aproveitamento dos documentos obrigatórios e facultativos necessários para o certame, de acordo com o art. 7º § 7º da Deliberação 244/12. Vencida a Conselheira Kathya Beja Romero, que votava pelo não conhecimento do pedido. DELIBEROU ainda, por maioria de votos, nos termos do voto vista da Conselheira Kathya Beja Romero, negar provimento ao pedido subsidiário da interessada, tendo em vista que o pedido de aproveitamento dos documentos referiu-se aos documentos facultativos previstos no art. 7º, §1º da Deliberação 244/12. Vencidos os Conselheiros Wagner Ribeiro de Oliveira, Bruno Diaz Napolitano, Bruno Ricardo Miragaia Souza e Pedro Antônio de Avellar, que votavam pelo aproveitamento de todos os documentos do certame anterior. Impedidos os Conselheiros Rafael Bessa Yamamura e Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva. CSDP nº 507/15. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de integrantes para a Comissão Especial, que acompanhará o programa de cotas raciais na Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de abrir para consulta pública no prazo de quinze dias. O Presidente considerou pertinente abrir o prazo para consulta pública, e abriu a palavra aos Conselheiros para discussão. O Conselheiro Augusto Guilherme ressaltou a importância dos inscritos juntarem os respectivos currículos, para uma melhor avaliação e escolha os integrantes da comissão. O Ouvidor-Geral, Alderon Costa concordou com a importância da abertura da consulta pública. O Conselheiro Rafael Bessa concordou com o voto do relator, mas explicou que seria importante ser apenas por 7 dias, e que 15 dias seria um período muito longo, visto que o concurso para Defensor Público já está bastante avançado. O Conselheiro Luiz Eduardo questionou se pessoas externas à carreira podem participar da comissão, e afirmou que pela lei não podem participar. O relator explicou que o ingresso na carreira é regulamentado por deliberação. O Presidente explicou que tal comissão auxiliava a avaliação nas cotas raciais. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, indicar as Defensoras Públicas: Cecília Cardoso Soares como Presidente da Comissão Especial e Vanessa Alves Vieira como Coordenadora do Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito para integrarem a Comissão Especial. Deliberou ainda, por unanimidade, abrir a consulta pública abaixo sobre a indicação dos demais membros. COMUNICADO: O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado comunica a abertura de CONSULTA PÚBLICA para participação popular referente ao processo CSDP nº 507/15, que trata da indicação de integrantes para a Comissão Especial, que acompanhará o programa de cotas raciais nos Concursos Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

CSDP nº 173/15. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/2014. Relator: Conselheiro Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de acolher integralmente a proposta, e encaminhar os autos ao Defensor Público-Geral. Após, o Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Alexandre Orsi relatou que o projeto não está maduro para ser votado, e avaliou a possibilidade de colocar em discussão o para a próxima reunião ou abrir vista coletiva. O Conselheiro Luís Fontanetti ressaltou a importância da vista coletiva, e que seria interessante se todos analisassem o seu voto. O Conselheiro Pedro Avellar concordou com a vista coletiva, já que alguns Conselheiros também querem vista ao processo. Sugeriu que o prazo fosse um pouco maior, três ou quatro semanas para ser votado. O Conselheiro Luiz Eduardo elogiou o trabalho realizado pelo relator, e também com as inclusões referentes aos estagiários. O Conselheiro Alexandre Orsi relatou que existe uma proposta de lei, pertencente a outro órgão, que está parada na Assembleia Legislativa, por causa da sua complexidade. O Conselheiro Rafael Bessa ressaltou o cuidado que deve ser tomado ao enviar projetos de lei complexos, para evitar que fiquem sem andamento. O Conselheiro Luiz Eduardo falou que o Ministério Público encaminhou uma proposta semelhante ao projeto da Defensoria Pública, e que está parado na Assembleia Legislativa, e mostrou preocupação com os projetos devido a grandes mudanças, pois não evoluem na Assembleia Legislativa de São Paulo, pelos projetos precedentes. O Conselheiro Rafael Bessa parabenizou o relator pela elaboração do voto, com todo o material colhido, e lembrou que a vista coletiva não impede que seja pedida a vista individual. O Presidente propôs se reunir com o Conselho da Ouvidoria para debaterem sobre a proposta. A Conselheira Kathya Beja parabenizou o relator, que conseguiu concentrar no voto todo trabalho da comissão, e acompanhou a sugestão do Conselheiro Alexandre Orsi referente a vista coletiva, apontou que nenhuma Defensoria do país tem critérios tão rígidos de credenciamento e descredenciamento de estagiários como a Defensoria Pública de São Paulo, e ressaltou o cuidado no encaminhamento político em que se vai dar o projeto. O Presidente relatou ser injusto que os servidores tenham remuneração menor do que as outras carreiras, e pontuou que o objetivo é mandarem o projeto completo, sem temer o lado político. A Representante da Apadep, Franciane Marques mencionou que a comissão foi muito heterogênea e citou que foi difícil encontrar um consenso. Concordou que é necessário um tempo para amadurecerem, e que no dia dezoito de maio, a Apadep irá a Assembleia Legislativa de São Paulo para discutirem a Emenda Constitucional 80, e articularão com os Deputados. O Presidente explicou que no momento de apresentação do projeto, a Defensoria Pública deve conversar com o Poder Executivo, e explicar todo o projeto detalhadamente. O Conselheiro Horácio Xavier analisou ser um risco apresentarem tudo num só projeto, e que a Apadep também pode compilar informações com os associados e trazer para debates no Conselho Sugeriu dividir as propostas em: a) Emenda Constitucional 80, b) Lei Complementar 988/06, c) Lei Complementar 1050/08. Explicou que a proposta da Emenda Constitucional 80 parece ser a mais enxuta, podendo ser enviado em primeiro lugar, e após continuarem os debates referentes aos outros projetos. O Ouvidor-Geral, Alderon Costa informou que próximo dia vinte e nove de abril será realizado uma reunião do Conselho Consultivo em Guarulhos. A Conselheira Kathya Beja, assumindo a presidência momentaneamente, encaminhou para votação, sendo aprovada por unanimidade a vista coletiva. O Conselheiro Pedro Avellar lembrou a importância de deliberarem os processos de estágio probatórios, pois muitos processos estão atrasados. O Presidente registrou o pedido, e incumbiu a Secretaria do Conselho à informar quais os processos na próxima sessão. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 13h32min, sendo prorrogados os demais processos na ordem do dia. CSDP nº 1172/09. Interessado: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº

003/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o artigo 151 da Lei Complementar nº 988/06. (que trata do afastamento de Defensores Públicos para frequentar curso de pós-graduação ou empreender pesquisa, bem como estabelece a política de retribuição institucional pelo investimento). Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de Deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 224/14. Interessada: Comissão Eleitoral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 242/12 (que disciplina o processo de eleição do Defensor Público-Geral e dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08 (que regulamenta a realização de atividade docente e discente por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horácio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12, (que trata da possibilidade de compensação

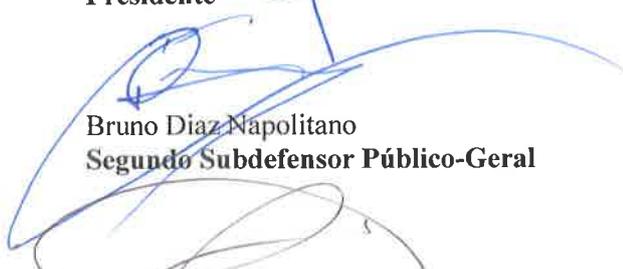
de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessados: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa a transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/14. Interessada: Claudete Aparecida Marques de Carvalho. Assunto: Pedido de afastamento para tratar de interesses particulares pelo período de dois anos. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 370/14. Interessada: Coordenador da Regional de Taubaté. Assunto: Proposta de alteração das atribuições na Regional de Taubaté (10ª Defensoria Pública). Relator: Conselheiro Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 060/15. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Plano de Atuação da Defensoria Pública do Estado para o exercício de 2015. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 086/15. Interessado: Horácio Xavier Franco Netto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 089/08 (que regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 179/15. Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível II para o nível III, relativo ao ano de 2015. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Revisor: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. (Processo CSDP nº). Interessados/as. (184/15). Samanta Romano Tresinari Grangeiro. (187/15). Mario Lucio Pereira Machado. (188/15). Erika de Vasconcellos Lima Pompeo. (196/15). Horácio Xavier Franco Netto. (198/15). Daniela Singer Carneiro de Albuquerque. (201/15). Daniele Cristina Barbatto. (202/15). Debora Rezende Dantas Motta. (207/15). Janayna Lombisani. (209/15). Rodrigo Serra Pereira. (210/15). Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva. (215/15). Betania Devechi Ferraz Bonfa. (216/15). Luiz Rascovski. (219/15). Helena Pires de Oliveira. (222/15). Marcelo Martiniano de Oliveira. (223/15). Bruno Haddad Galvão. (228/15). Adriano Elias Oliveira. (230/15). Bruno Shimizu. (231/15). Carolina Lot da Silva Nunes. (236/15). Pietro da Silva Estabile. (237/15). Thiago Soares Piccolotto. (238/15). Maria Isabel Toledo Del Rio. (239/15). Monica Godano Shlodtmann. (242/15). Leonel Lucas Lucariello Filho. (244/15). Alessandra Pereira de Melo. (248/15). Bruna Simões França. (249/15). Daniel Oliveira de Alcântara. (250/15). Juliana Garcia Popic. (251/15). Mara Renata da Mota Ferreira. (252/15). Paula Longo Sanches Petto. (255/15). Eloisa Maximiano Goto. (258/15). Guilherme Krahenbuhl Silveira Fontes Piccina. (262/15). Francisco Carlos Marques Matarezo. (263/15). Adriana Testi Tirelli. (265/15). Luciano Castrechini Bufulin. (266/15). Frederico Teubner de Almeida e Monteiro. (267/15). Roberta Marques Benazzi Villaverde. (268/15). Renata Simões Stabile Bucceroni. (270/15). Vanessa Pellegrini Armênio de Freitas. (271/15). Ana Simone Viana Cota Lima. (273/15). Juliane Tagami. (275/15). Joana Maria de Castro Gonçalves Ono. (279/15). Fabricio Bueno Viana. (281/15). Ana Rita Souza Prata. (282/15). Ana Paula de Oliveira Castro Meirelles Lewin. (285/15). Maria Beatriz de Alcântara Sá. (297/15). Katia Cilene Oliveira Giraldi. (300/15). Rosely Galvão Mota. (301/15). Wladimir Alves Bitencourt. (315/15). Juliana Saad. (318/15). Claudia Aoun Tannuri. (319/15). Maria Beatriz Gomes Machado Portos.

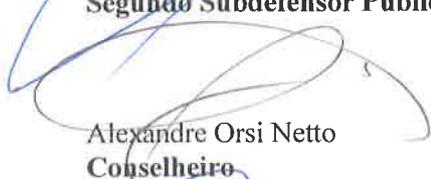
323/15. Debora Helena Daher Montes Forlin. 324/15. Daniela Thomaz Cristante. (327/15). Marcelli Penedo Delgado Gomes. (335/15). Rodrigo Tadeu Bedoni. (339/15). Roberta Prestes Abissamra. (340/15). Natalia da Costa Nora Bugner. (341/15). Juliana Araújo Lemos da Silva Machado. (342/15). Vanessa Pellegrini Armenio de Freitas. (343/15). Denise Melo Salazar. (345/15). Rafael Bessa Yamamura. (346/15). Augusto Gallego Pereira. (348/15). Luana Pereira do Amaral. (351/15). Leandro de Marzo Barreto. (352/15). Jose Moacyr Doretto Nascimento. (354/15). Giuliano D'Andrea. (356/15). Tania Cristina dos Santos de Oliveira. (357/15). Carlos Eduardo Afonso Rodrigues. (360/15). Thiago Santos de Souza. (366/15). Thais Helena de Oliveira Costa Nader. (369/15). Lia Ruiz Lourenço. (370/15). Viviane Modesto Gramulha. (371/15). Talitha D'Aquino Tavano Carvalho. (375/15). Rafael Galati Sabio. (377/15). Maria Fernanda dos Santos Elias Maglio. (380/15). Silvia Pontes Figueiredo. (381/15). Marcia Harumi Kobuti. (382/15). Mike Luiz Sella da Costa. (383/15). Giovanna Blanco Magdalena. (390/15). Andrea de Almeida Rossler. (393/15). Rafael Valle Vernaschi. (397/15). João Henrique Imperia Martini. (398/15). Vanessa Boiati. (399/15). Fabiana Camargo Miranda Guerra. (400/15). Regina Bauab Merlo. (401/15). Juliana Martins de Carvalho Monnerat. (402/15). Vivian Monsef de Castro. (403/15). Jamal Chokr. (404/15). Paula Hungria Aagaard. (405/15). Gabriel Machado Maglio. (406/15). Fernanda Costa Hueso. (407/15). Rodrigo Vidal Nitrini. (414/15). Maricy Rehder Coelho Camara. (416/15). Tatiana Semensatto de Lima Costa. (417/15). Juliana do Val Ribeiro. (418/15). Jose Rodolfo Stutz Cunha. (419/15). Luís Guilherme Pereira Delledono. (420/15). Florivaldo Antônio Fiorentino Junior. (423/15). Ana Paula de Souza Campos. (424/15). Marcia Rossi Coraini. (427/15). Andre Vicentini Gazal. (430/15). Priscilla Batista Bastos. (433/15). Flavia Laet Ribeiro de Almeida. (451/15). Marina Diana Egydio Tedeschi Jardim. (455/15). Marcos Henrique Caetano do Nascimento. (456/15). Matheus Bortoletto Raddi. (472/15). Rodrigo Cesar Jeronymo. (473/15). Sabrina Nasser de Carvalho. (476/15). Rosimery Francisco Alves. (479/15). Adele Aparecida Fernandes Moraes. (481/15). Catia Maria Brolazo. (482/15). Ana Paula Ambrogi Dotto. (483/15). Thais de Campos. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima listados, a prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 213/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2014 a janeiro de 2015). Relator: Conselheiro Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15. Interessado: Horácio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo a duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 246/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2014 a janeiro de 2015). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 463/15. Interessada: Marcia Regina Garutti. Assunto: Pedido de suspensão da Deliberação CSDP nº 307/14 (que altera a Deliberação CSDP nº 10/06, que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 484/15. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2014 a janeiro de 2015). Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 496/15. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2014). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 501/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por

unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 504/15. Interessado: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão de Prerrogativas (setembro de 2014 a março de 2015). Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 014/14. Interessado/a: Aline Prado Silva. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 075/13. Interessado/a: Mariana de Gouvêa Guarda. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 007/12. Interessado/a: Lígia Cintra de Lima Trindade. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 003/12. Interessado/a: Estela Waksberg Guerrini. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 004/12. Interessado/a: Felipe Hotz de Macedo Cunha. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 086/13. Interessado/a: Paulo Sergio Guardia Filho. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 030/13. Interessado/a: Danilo Tadeu Szigmond Franco. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 110/13. Interessado/a: Yolanda Salles Freire Cesar. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 048/13. Interessado/a: Gustavo Cabral Narciso Gianette. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 005/12. Interessado/a: Fernanda Penteado Balera. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 018/14. Interessado/a: Ana Carolina Oliveira Golvim Schwan. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 106/13. Interessado/a: Vanessa Pizarro Riguete Correa Porto. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 009/12. Interessado/a: Lucia Thomé Reinert. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 001/13. Interessado/a: Adriana Goulart Penteado Kalil Issa. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 002/12. Interessado/a: Dione Ribeiro Basílio. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 107/13. Interessado/a: Vinicius Camargo Henne. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 072/13. Interessado/a: Marco Christiano Chibebe Waller. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro

Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 058/13. Interessado/a: Jose Gladston Viana Correia. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 084/13. Interessado/a: Paula Sant'anna Machado de Souza. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 070/13. Interessado/a: Marcel Benetti Boer. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 076/13. Interessado/a: Mariana Leite Figueiredo. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 019/13. Interessado/a: Carolina Romani Brancalion. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 116/13. Interessado/a: Marcelo Bonilha Campos. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão às 13h32min. Eu, Carlos Takita Mizukai, Oficial de Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de 2015.

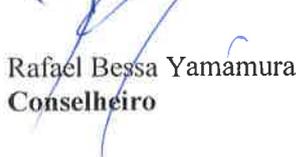

Rafael Morais Ponugues de Souza
Presidente


Bruno Diaz Napolitano
Segundo Subdefensor Público-Geral

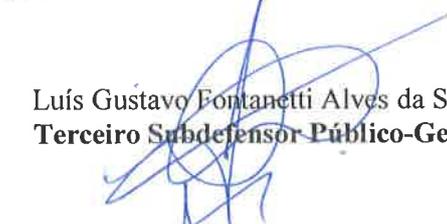

Alexandre Orsi Netto
Conselheiro

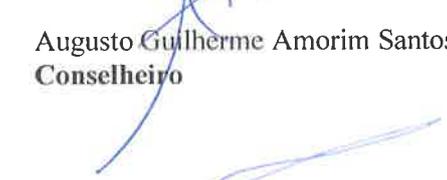

Bruno Ricardo Miragaia Souza
Conselheiro

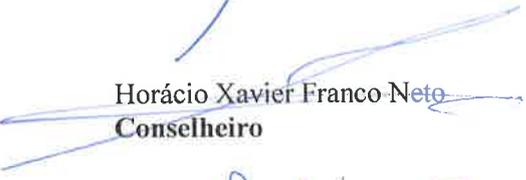

Luiz Eduardo de Toledo Coelho
Conselheiro


Rafael Bessa Yamamura
Conselheiro

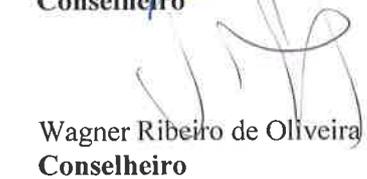

Kathya Beja Romero
Corregedora-Geral


Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
Terceiro Subdefensor Público-Geral


Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa
Conselheiro


Horácio Xavier Franco Neto
Conselheiro


Pedro Antonio de Avellar
Conselheiro


Wagner Ribeiro de Oliveira
Conselheiro



Alderon Pereira da Costa
Ouvidor-Geral



Franciane de Fátima Marques
Representante da Apadep